



1 18ª Ata da Reunião Ordinária do CMS – Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e  
2 dezoito, às dezoito horas e trinta minutos, na sala de reuniões, situada à Rua: Balduino  
3 Taques, 445 – Centro. Presentes os conselheiros Titulares: André Luiz Albuquerque,  
4 Elaine Cristina Rinaldi, Leandro Soares Machado, Paulo Saincler Heusi, Simone  
5 Nueremberg Vasconcellos Costa, José Timóteo Vasconcellos Sobrinho, Luiz Carlos de  
6 Oliveira, Candido José Coesel, Adriane do Rocio Lopes. Conselheiros Suplentes: Simone  
7 Schenfeld Monçalves, Debora Lee, Bruno Compagnoni, Luciane Justus dos Santos, Ana  
8 Caetano Pinto, Luiz Carlos Gorchinski. O Presidente José Timóteo Vasconcellos Sobrinho  
9 assume os trabalhos e procede a abertura da reunião, cumprimentando a todos os  
10 presentes. **PAUTA: 1. Leitura e Aprovação da ata: 17ª ata da reunião ordinária. 2.**  
11 **Relatos Gerais das Comissões. 3. Informes Gerais. 4. Ordem do Dia. 4.1. Discussão e**  
12 **Deliberação referente à realização das Pré – Conferências e da 11ª Conferência**  
13 **Municipal de Saúde. 1. Leitura e Aprovação da ata: 17ª ata da reunião ordinária.**  
14 Aprovada por unanimidade. **2. Relatos Gerais das Comissões.** A conselheira Simone  
15 Nueremberg Vasconcellos Costa faz a leitura do relatório da última reunião da comissão.  
16 Relatório da 10ª Reunião da Comissão de Orçamentos, Programas e Projetos do Conselho  
17 Municipal de Saúde de Ponta Grossa 30/10/2018. Em data de trinta de outubro de dois mil  
18 e dezoito [terça-feira], com quórum suficiente iniciou-se às 17h36min nas dependências do  
19 Conselho Municipal de Saúde de Ponta Grossa, sito Rua Balduino Taques 445, centro. A  
20 reunião foi convocada pelo Coordenador Luiz Carlos Gorchinski, marcando presença os  
21 Conselheiros Membros Luiz Carlos Gorchinski, Ana Caetano Pinto, Simone Nueremberg  
22 Vasconcellos Costa, Ailton José Spitzner e Adriane Do Rocio Lopes. Iniciou os trabalhos,  
23 priorizou a análise do contrato nº 394 de 2016 da HYGEA Gestão & Saúde LTDA,  
24 prestadora de serviços no Hospital Municipal Dr. Amadeu Puppi. Ressalta e enfatiza aos  
25 conselheiros presentes as alterações substanciais ocorridas no contrato originário, por  
26 meio de oito aditivos complementares, em menos de dois anos – 29 de julho de 2016 a 10  
27 de julho de 2018. Inicialmente o contrato originário nº 394-2016, no valor de  
28 R\$15.100.000,00 (quinze milhões e cem mil reais) foi alterado para o valor de  
29 R\$43.186.339,10 (quarenta e três milhões, cento e oitenta e seis mil, trezentos e trinta e  
30 nove reais e dez centavos), caracterizando um exorbitante aumento acima de 186% (cento  
31 e oitenta e seis por cento). Diante do exposto os conselheiros acordaram consensualmente  
32 em convocar os fiscais do contrato para explicitar a essa comissão as alterações  
33 realizadas, em data de 13 de novembro de 2018 (terça-feira) às 17 horas e 30 minutos,  
34 nas dependências do Conselho Municipal de Saúde. Dessa forma a reunião foi encerrada  
35 às 18 horas e 57 minutos, e eu Simone Nueremberg Vasconcellos Costa, relatora eventual,  
36 redigi o presente relatório, na expressão da verdade, o qual será lido na próxima reunião  
37 ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Ponta Grossa. O conselheiro Luiz Carlos  
38 Gorchinski fala que complementando a reunião a coordenadora enviou um ofício para  
39 secretária executiva no sentido de oficiar a Secretaria Municipal De Saúde sobre essa  
40 convocação dos fiscais de contrato da HYGEA, faz a leitura do ofício. A Comissão de  
41 Orçamentos, Programas e Projetos, através de seu Coordenador Luiz Carlos Gorchinski,  
42 infra-assinado, cortesmente solicita à Secretaria Executiva do CMS/PG encaminhar o  
43 presente ofício, à Secretaria Municipal de Saúde de Ponta Grossa - SMS/PG. Em reunião  
44 realizada em data de 30 de outubro de 2.018 (Terça-feira), os Conselheiros Membros  
45 deliberaram pela convocação dos fiscais do contrato 394/2.016 firmado entre o Município  
46 de Ponta Grossa e a Hygea Gestão & Saúde Ltda, para a explicitação sobre as alterações  
47 havidas dos valores pecuniários, acrescidos ao contrato originário, por meio de oito  
48 aditivos complementares. Os Conselheiros Membros também deliberaram o agendamento  
49 da próxima reunião, para a data de 13 de novembro de 2.018 (Terça-feira), às 17 h 30, nas  
50 dependências do CMS/PG, na qual contamos com a presença dos convocados. Diante do



51 exposto, a Comissão de Orçamentos, Programas e Projetos antecipadamente agradece a  
52 urbanidade e a gentileza do atendimento à solicitação. Complementando fala que o 3º  
53 aditivo complementar acrescido ao contrato originário da HYGEA, houve o acréscimo de  
54 três fiscais aos dois que já havia sido consignado no contrato originário, então lê o nome  
55 dos convocados; Karin Marian da Costa Agner, Josemar Fontoura de Castro, Cristina  
56 Martinucci da Costa, Alessandra De Fátima Ornat, Rullyan Bruno Feliciano da Silva de  
57 Paula. **3. Informes Gerais.** O conselheiro Leandro Soares Machado fala que aconteceu o  
58 4º encontro regional do MOPS em Ponta Grossa, na rua Leopoldo Guimarães da Cunha,  
59 onde reuniram -se algumas pessoas voluntárias para discutir sobre o controle social. Fala  
60 participou na 3ª regional do segundo seminário do controle social, foi indicado para  
61 representar o conselho foi uma oportunidade bem esclarecedora sobre as conferências,  
62 fala da ausência do gestor da prefeitura no seminário do controle social, e também nas  
63 pré- conferências, é onde o gestor conhecer a demanda das comunidades e construir junto  
64 com a comunidade algumas propostas para defender a nível estadual através dos  
65 trabalhadores ou da própria gestão, lamenta a ausência dos representantes do gestor da  
66 saúde considerando a relevância de saúde pública. participou também de uma reunião em  
67 vigilância de atenção a saúde da população exposta a agrotóxico e observou também  
68 sobre o objetivo principal desta reunião foi criar um GT (Grupo de trabalho) para que a  
69 possa dialogar com a própria sociedade e entender quais as dificuldades dessa população  
70 que está sendo exposta e que possa tabular por exemplo a mortalidade infantil que tá  
71 acontecendo em virtude do agrotóxico ou não, também sugeriu que possa se fazer através  
72 desse grupo de trabalho uma pratica de manuseio se o principal hoje é o suicídio até  
73 mesmo morte de agricultores ou câncer é em virtude sobre a manipulação ou de forma  
74 secundária no alimento com os trabalhadores rurais, que eles também possam através de  
75 uma ouvidoria de saúde que vai funcionar dentro das localidades rurais possam pedir para  
76 ser feita uma fiscalização, é importante esse debate sobre a saúde porque já está sendo  
77 discutido o alto índice de mortes por suicídio ou até mesmo em virtude do manuseio do  
78 agrotóxico então é uma pauta bem relevante, e lá entendeu que até por uma ordem do  
79 ministério público é necessário criar um grupo para que eles possam se posicionar e que  
80 se possa trazer para o conselho a tabulação. A conselheira Adriane do Rocio Lopes fala  
81 que dentro da Secretaria Estadual de Saúde um tratamento específico para acolhimento  
82 dessas pessoas que estão em contato com agrotóxicos de modo rural ou de modo  
83 alimentar e também existe o mapeamento e rastreamento dessas situações. O conselheiro  
84 Leandro Soares Machado fala que através do grupo de trabalho estão tentando fazer o  
85 mapeamento regional porque não temos no panorama local os municípios que competem  
86 a 3ª Regional de Saúde. O primeiro secretário André Luiz Albuquerque complementando a  
87 fala do conselheiro Leandro, fala que o que está sendo montado na 3ª Regional de Saúde  
88 é basicamente o que o Leandro explicou, é um grupo técnico de análise de situações de  
89 agrotóxicos e há uma solicitação para a troca do nome de agrotóxico para defensiva  
90 agrícola, mas o que ocorre é que os pontos de atenção não fazem a notificação de  
91 maneira correta tanto na atenção preventiva quanto na atenção secundária, quanto na  
92 atenção terciária então os pontos de atenção muitas vezes e como à rotatividade de  
93 servidores e de funcionários dentro dos hospitais é grande eles não conhecem nem a  
94 ficha, que é a ficha do SINAM que faz a notificação então o que está sendo feito é um  
95 começo lá da base, vai ser feito esse plano, vai ser capacitado multiplicadores que vai sair  
96 desse grupo técnico de trabalho, esses multiplicadores vão fazer essa capacitação  
97 microrregionais da nossa região porque temos quatro microrregionais Palmeira, Ponta  
98 Grossa, Castro e Jaguaíva para fazer a capacitação tanto para os profissionais da  
99 atenção primária quanto dos profissionais da assistência clinica hospitalar, porque o maior  
100 problema essa subnotificação porque sabemos que tem pacientes com morte por



101 defensiva agrícola, agrotóxico, com má formação de bebês só que a subnotificação é muito  
102 grande, não só aí tem outros grupos técnicos na regional de saúde trabalhando essa  
103 situação da notificação porque em todos os níveis a uma subnotificação muito grande  
104 então esse é o principal intuito do grupo técnico pra depois pensar onde atuar, primeiro  
105 precisa fazer as notificações onde estão acontecendo pra você saber como atuar porque  
106 se você não tem as notificações não irá saber como e onde atuar. O conselheiro Giovanni  
107 Augusto Kalempa Panazzolo fala que todas as notificações que acontecem dentro do  
108 sistema ele segue o SINAM e através de protocolos ministeriais nessas notificações, dentro  
109 dos hospitais funciona as comissões de controle de infecção hospitalar, toda e qualquer  
110 intoxicação por agrotóxicos se trata como intoxicação esquizógena e aí abre uma ficha de  
111 investigação do SINAM se isso não está acontecendo os órgãos de fiscalizações  
112 municipais como a Vigilância Sanitária, Vigilância Estadual eles têm seus certificados de  
113 ação liberada para seu funcionamento, se não está acontecendo da subnotificação já  
114 existe toda a estrutura e essa subnotificação tem que ser trabalhada com algo como  
115 promotoria ou algo parecido porque a estrutura existe, a diretriz existe os parâmetros  
116 existem e os profissionais não querem fazer, é inadmissível que algo assim aconteça,  
117 todos nós temos conselho de classe, todos nós temos que respeitar legislações vigentes  
118 do ministério também para poder trabalhar e se tá tendo um viés do DATASUS então tem  
119 que ser tratado lá na base na cadeia epidemiológica e isso é indiscutível. O conselheiro  
120 Leandro Soares Machado fala que o grupo vai ser montado ainda mas ele tá lá com o IAP  
121 o CREIA outras entidades de classe que vão fazer parte desse grupo pra vim apresentar o  
122 que já tem de promoção enquanto grupo pela sua categoria, e que a gente possa  
123 identificar a pessoa que entrou em um sistema pela via de acesso da Unidade Básica De  
124 Saúde, ela desenvolveu um câncer mas será que esse câncer já é pelo histórico familiar ou  
125 foi por algum momento da vida que ela teve um contato com algum tipo de agrotóxico é  
126 mais com uma ideia de que a gente possa trabalhar lá com a base que são os agentes  
127 comunitários de saúde que eles possam ir também levando essa proposta e que possam  
128 também ter assim uma promoção mais rentável desta proteção a defesa da saúde no que  
129 tange os agrotóxicos. A conselheira Elaine Cristina Rinaldi fala que o que nos chamou a  
130 atenção foi a colocação do conselheiro André Luiz Albuquerque que os profissionais não  
131 conhecessem nem a ficha do SINAM e isso é bem complicado uma inferência dessas,  
132 primeiro que na formação é batido bem forte e trabalhamos com os profissionais, claro que  
133 a abrangência não se reduz ao município de Ponta Grossa é mais ampliado só que nós  
134 conhecemos as diversas unidades de saúde que tem aqui, nós percorremos muitas delas e  
135 em sua maioria os profissionais conhecem. O primeiro secretário André Luiz Albuquerque  
136 fala sobre o Segundo Seminário De Controle social na 3ª Regional de Saúde, gostaria de  
137 propor aos conselheiros como nos últimos tempos estamos com pouca pauta, trazer na  
138 próxima reunião a apresentação e mostrar como vai funcionar o Conselho Estadual se  
139 acharem interessante poderá trazer para a próxima reunião e fazer a mesma apresentação  
140 que foi feita no evento, e ainda com relação com a participação dos municípios que foi uma  
141 coisa ressaltada pelo conselheiro Leandro Soares Machado, a situação dos municípios é  
142 muito preocupante apareceu essa discussão com relação a notificação do SINAM mas é  
143 um quadro que a gente tem visto muito grave, a questão do SINAM só apareceu agora  
144 porque o Leandro falou do Grupo Técnico mas questões básicas que você entende não  
145 estão aparecendo e o Conselho Municipal de Saúde é um, não existe o conselho sem a  
146 gestão e não existe gestão sem conselho inclusive para repasses de recursos de qualquer  
147 natureza para qualquer município o Conselho Municipal de Saúde deve estar em  
148 funcionamento e atuando, não adianta apenas estar constituído e nós temos na Regional  
149 de Saúde quadros muito complicados, tivemos município que relatou que o secretário fez  
150 de tudo pra ele não vir, ele teve que vir de carro próprio e escondido, então a situação não



151 é confortável e isso é apenas de município daqui do nosso lado de repente pode ser que  
152 alguma das situações possa ser aqui em Ponta Grossa, essa situação de coisas básicas  
153 não estarem acontecendo é disseminado, não da pra dizer que tudo está acontecendo da  
154 maneira que está acontecendo porque não está, e essa questão do conselho a gente fez a  
155 convocação inclusive teve município que pediu pra ir com sete conselheiros a gente não  
156 abriu porque achamos que iria faltar lugar e na verdade sobrou lugar porque foi metade de  
157 todos que deveriam ir, e as conferencias estão aí então se torna uma situação bem  
158 preocupante. O conselheiro Luiz Carlos Gorchinski fala que gostaria de registrar a questão  
159 do descaso da Secretaria Municipal de Saúde não enviar a documentação solicitada pela  
160 comissão de Orçamentos Programas e Projetos foi solicitado o contrato anterior da locação  
161 do departamento de zoonoses, solicitado também aditivos complementares da  
162 INTERPATNER e foi mandado o contrato vencido e também foi solicitado uma análise  
163 prévia antes da locação consoante a lei 8666 /93 que é da licitação porque achamos um  
164 absurdo um imóvel locado por R\$13.000 (treze mil) reais para o departamento de  
165 zoonoses. **4. Ordem do Dia. 4.1. Discussão e Deliberação referente à realização das**  
166 **Pré- Conferências e da 11ª Conferência Municipal de Saúde.** O conselheiro Leandro  
167 Soares Machado fala que na última conferência dos trabalhadores o ex-conselheiro Diego  
168 Osmar Rodrigues se apresentou como membro da comissão da conferência, e solicita que  
169 os membros da conferência possam convocar uma reunião para que fique só os  
170 conselheiros titulares ou suplente, mas que sejam ativos no conselho para que a gente  
171 não disperse nessa questão de trabalho, e também o ex-conselheiro Diego Osmar  
172 Rodrigues se apresentou como membro da comissão e ficou surpreso pois não tinha visto  
173 ele nas atividades daquelas antecessoras do trabalhador e ficou um pouco assustado com  
174 a fala dele, quando tivemos o Segundo Seminário de Controle Social estava lá o  
175 presidente representante da comissão que estava organizando a conferência do Conselho  
176 Estadual e ele repassou que já é uma pratica utilizada por nos do Conselho Municipal de  
177 Saúde e no estadual também pessoas que não são conselheiros não podem participar da  
178 comissão seja ela qual for de dentro do conselho até para que não vaze algum tipo de  
179 informação ou pra que não chegue informação deturpada ou como falou, delibera – se  
180 algum planejamento de atividade e aquele conselheiro não está presente ou não é  
181 conselheiro fica um pouco difícil dele fazer o exercício daquela atividade e também foi  
182 falado no seminário sobre a alteração da data da conferência porque podemos fazer a  
183 conferência esse ano mas não vamos poder eleger delegados então essa é uma  
184 dificuldade de se fazer a conferência, nós pedimos para o Marcelo extraoficialmente sobre  
185 algum documento reafirmando está fala de hoje dele no dia dessa presente reunião da  
186 seguinte questão, Palmeira é um município nosso vizinho, realizou a conferência lá elegeu  
187 a nova composição do conselho, mas o que acontece é que em 2019 eles terão que fazer  
188 uma nova conferência para eleger delegados e enviar as propostas estadual, então pede  
189 para o conselho ter esse cuidado, então só reforçando diz que a data da conferência deve  
190 ser alterada. O primeiro secretário André Luiz Albuquerque fala que vem trazer mais ou  
191 menos o que o conselheiro Leandro Soares Machado falou como representante da 3ª  
192 Regional de Saúde passar esse recado do Conselho Estadual de que os municípios que  
193 não realizarem as conferências entre 02 de janeiro a 24 de abril não vão poder participar  
194 da conferência estadual então se o conselho fizer a conferência neste ano, ano que vem o  
195 conselho terá que fazer um evento com nome de conferência porque não poderia ser uma  
196 conferência, então seria um evento para eleger propostas, eleger delegados para mandar  
197 então como Palmeira que terá que fazer assim. Então traz como forma de discussão para  
198 plenária, a posição do primeiro secretario é que seja adiada para ano que vem até as pré-  
199 conferências tendo em vista que não teve divulgação nenhuma mas como sou interessado  
200 é melhor os conselheiros opinarem e ele voltará no final. O presidente José Timoteo



201 Vasconcellos Sobrinho fala que acha estranho que até o momento o conselho estadual  
202 não mandou uma nota explicativa ou o porquê que tem que ser feito nessa data que o  
203 conselheiro André Luiz Albuquerque citou anteriormente de 02 de janeiro a 24 de abril,  
204 pelo seguinte, estava verificando que na lei nº 8142 ela traz que a pré-conferência terá que  
205 ser feita de quatro em quatro anos, alguns estudiosos dizem que não pode passar da data  
206 limite, mas que pode ser feita antes, essa data que estão colocando está dentro deste  
207 limite de quatro anos, outra coisa interessante é que na resolução nº 453 do Ministério da  
208 Saúde e do Conselho Nacional de Saúde diz o seguinte; discutir e aprovar propostas de  
209 operacionalização de diretrizes pelas conferências de saúde, e no item 20 diz o seguinte;  
210 estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as conferências de saúde, propor  
211 sua convocação ordinária ou extraordinária, estruturar a comissão localizadora, submeter o  
212 respectivo regimento e programa ao pleno do Sindicato de Saúde correspondente. A 453  
213 nos traz como fazer e a periodicidade que seria o tempo de limite de quatro anos, para  
214 mudarmos isso ai foi comunicado ao publico através do prefeito que já colocou no Diário  
215 Oficial do Município, só que para fazermos essa mudança temos que ter um documento,  
216 algum respaldo do próprio conselho estadual, o conselho não pode apenas oficializar o  
217 prefeito que a data vai ser cancelada ou transferida para qualquer outra data, sempre  
218 devemos ter algo em mãos por isso sugere aos conselheiros que vamos esperar até a  
219 próxima reunião do pleno se vem alguma notificação ou um e-mail do conselho estadual  
220 nos dando o porquê que devemos colocar na data de 02 de janeiro a 24 de abril a  
221 Conferência Municipal De Saúde, porque temos que ter algo de base. O conselheiro André  
222 Luiz Albuquerque fala que na resolução da conferência estadual ele coloca o prazo que  
223 podem ser feitas as conferências municipais, então se tem na resolução que foi mandada  
224 para todos os conselhos por e-mail, só por essa data já seria algo para ser respaldado,  
225 mas ademais a pessoa do Celso que está locado na mesma seção que é o apoiador do  
226 conselho municipal para conselhos municipais ele só não fez esse documento mais  
227 explicito porque está de férias, mas dentro da resolução já se tem o prazo. O presidente  
228 José Timoteo Vasconcellos Sobrinho fala que na época que as datas de dezembro foram  
229 votadas o foi um dos conselheiros contra, mas os conselheiros representantes da  
230 secretaria disseram que não havia recurso que para passar de um ano para outro seria  
231 difícil conseguir recursos sendo que dentro do próprio ano que estamos teríamos recursos  
232 para fazer a conferência municipal. O presidente José Timoteo Vasconcellos Sobrinho fala  
233 que como ninguém se manifestou vamos continuar na próxima reunião do pleno, até lá  
234 como o conselheiro André Luiz Albuquerque disse o Celso deve trazer por ofício, para o  
235 conselho solicitar o cancelamento da conferencia e estabelecer uma nova data entre  
236 janeiro e abril, faz convites para as próximas pré-conferências. O presidente José Timoteo  
237 Vasconcellos encerra a reunião às 19h50min.